

## A falência do sanduicheiro

**HAROLDO DA COSTA ANDRADE,**

Professor da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC)

Num congresso de direito penal, no Rio de Janeiro, um conceituado e respeitado professor, para explicar a complexidade da crise e de seus componentes psicológicos, contou-me uma anedota, isso é, uma narrativa curta e engraçada. O proprietário de um carrinho de cachorro-quente sonhou para seu filho um diploma de administrador de empresas como meio de fugir ao destino de sanduicheiro, condenado a enfrentar dia e noite a vida toda. Por essa razão, passou a trabalhar incansavelmente, submetendo-se a enormes sacrifícios, a indescritíveis privações para pagar a matrícula, as mensalidades, os livros, os ônibus e outras despesas para o filho. Assim, o sonho de um diploma do administrador de empresas se realizou. O filho se formou na melhor universidade do Rio de Janeiro, nada menos que a Universidade de Administração de Empresas do Rio de Janeiro (UAERJ, fictícia). Ademais, o proprietário do carrinho de cachorro-quente teve a enorme satisfação de ver o filho ocupar o cargo de presidente de uma enorme e famosa empresa.

Por outro lado, alheio aos noticiários econômicos e políticos, cheio de orgulho e felicidade, continuou

sua vida no papel de bom e eficiente vendedor de cachorro-quente. Acontece que tudo corria muito bem, até que o filho passou por lá e ponderou: "A pior crise de todos os tempos", a mesma que, brevemente, chegaria como uma enorme tem-

pestade, um verdadeiro furacão. O pai, proprietário do carrinho de cachorro quente, confiando, plenamente na capacidade do filho, formado na famosa UARJ, começou, a partir daí, a encarar o mundo com enorme desconfiança e se preparar, como pediu o filho ao se despedir. Por isso, perdeu a alegria, decidiu a economizar tudo antes que o mundo desabasse sobre ele. E, em razão disso, passou a comprar salchichas menores e de pior qualidade, pão mais barato e molho de segunda categoria.

As mudanças chegaram, rapidamente, ao paladar dos fregueses do ex-alegre vendedor. Como consequência, o sanduicheiro faliu. E o culpado, nem precisaria citar, foi o filho formado na conceituada universidade, que incutiu no pai o receio, o medo, a falta de confiança no futuro. De tudo isso, pode-se dizer que a situação e a desestruturação de negócios aumentam em função de expectativas espalhadas como discórdia pelos formadores de opinião, especialmente pela mídia. No meio do pânico, uma multidão pode pisotear bebês e levar um atemorizado a pular da janela do edifício que nunca pega fogo. Assim, o mercado estaria dependendo de um esforço, de uma tré-gua, que permitisse restaurar parte da confiança perdida. A mesma que levou, sem motivo, sem razão, um diplomado na UAERJ a falar seu pai, humilde vendedor e seu principal benfeitor. Afinal, nós somos e seremos sempre o que acreditamos ser. Pensando apenas em falar, entramos na bancarrota mesmo. Foi o que aconteceu com o ingênuo e zeloso sanduicheiro.

A situação ou a desestruturação de negócios podem variar em função de expectativas divulgadas

# Dia da Indignação

**ROBERTO LUCIANO FAGUNDES**

Engenheiro, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas

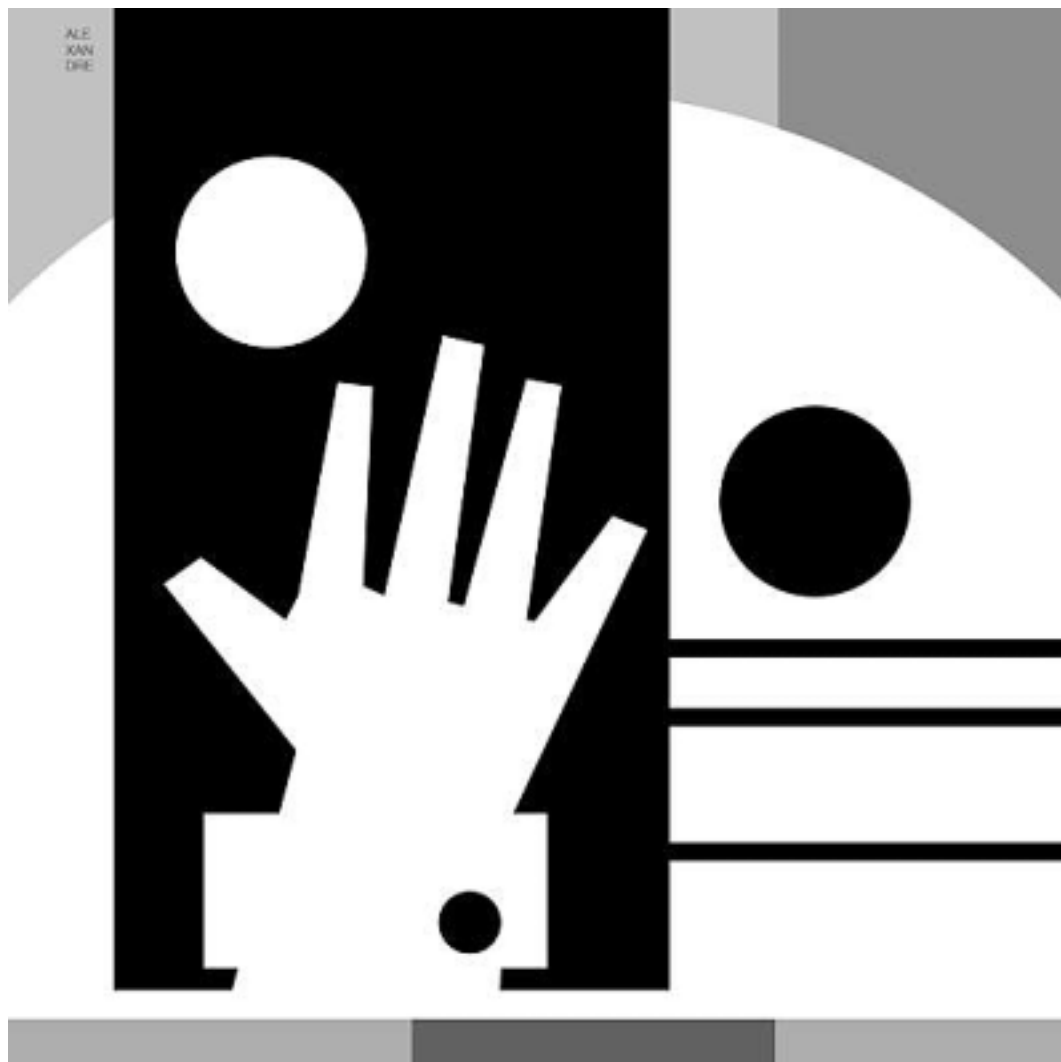
**S**exta-feira, 9 de dezembro, é comemorado, no mundo inteiro, o Dia Internacional do Combate à Corrupção, data instituída pela ONU em 2003, quando foi firmada a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, um maço de documento que, enumerando minuciosamente as circunstâncias em que podem ser cometidos suborno, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa, tornou obrigatório aos países signatários o cumprimento de suas prescrições. No Brasil, um dos primeiros a aderir, a convenção originou o Decreto Legislativo nº 348, de 18 de maio de 2005, que, seguido pela promulgação do Decreto Presidencial nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, tipificou como crimes as várias formas de corrupção.

E daí? Dai que quatro dias antes do decreto legislativo, ou seja, em 14 de maio de 2005, as emissoras de TV divulgavam imagens de um alto funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos recebendo propina de R\$ 3 mil. Em 6 de junho, o então deputado Roberto Jefferson denunciava o mensalão. E, ainda em 2005, mais escândalos: o dos bingos, o dos vampiros do Ministério da Saúde. E muitos outros que culminaram com as recentes falcatruas nos ministérios dos Transportes, do Turismo, da Agricultura, do Esporte, do Trabalho e, agora, das Cidades, além do suspeito enriquecimento do ex-ministro da Casa Civil.

O fato é que, a despeito da convenção, dos decretos legislativo e presidencial, a corrupção continua a comer solta em variados escalões da administração pública, do Congresso e também no setor privado. Tanto numa quanto nos outros, infelizmente, os funcionários, parlamentares e empresários de conduta ilibada, mesmo sendo a maioria, não são capazes de deter as práticas, por já sedimentadas, e nem de estancar o ralo por onde anualmente se esvaem, por desvios, nada menos de R\$ 70 bilhões.

Não é segredo para ninguém que na origem desses crimes estão dois fatores principais. Primeiro, o aparelhamento da administração pelos partidos aliados do governo federal. É difícil encontrar num ministério, e mesmo na mais modesta repartição pública, uma função que não seja propriedade de algum desses partidos. Segundo, a quase certeza da impunidade, causada tanto pelo corporativismo existente, por exemplo, na Câmara Federal (onde após as CPLs de praxe os inquéritos dificilmente deixam de ser arquivados – e disso é emblemático o caso recente da deputada Jacqueline Roriz), quanto pela morosidade da Justiça. Segundo o próprio ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, o ponto fraco do Brasil no combate à corrupção é a pouca efetividade do Judiciário em relação às condenações e às prisões.

Essa ineficácia, a meu ver, não resulta apenas



O único caminho para mudar esse estado de coisas marcado pela corrupção, de contra ele resistir, é a pressão da sociedade, a mobilização dos cidadãos

da propalada insuficiência de tribunais, de magistrados e de recursos para o Judiciário, mas da própria sistemática processual que, legitimada pelos códigos civil e criminal, abre enormes e sucessivas possibilidades para os mais diversos recursos. Em 2010, dos mais de 26 mil processos em tramitação nos tribunais da Justiça Federal, do STJ, do

STF e dos estados, menos de 7 mil foram julgados. Não conheço estatísticas oficiais a respeito de investigações que se transformam em processos e efetivamente geram condenações. Mas entrevista recente de um delegado da Polícia Federal, Ricardo Andrade Saadi, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), dá uma pista. Segundo ele, num universo de 512 mil presos ou investigados por corrupção passiva, em 2010, não mais que 76 foram condenados. E, mesmo assim, ainda com direito a recursos. Diante de tudo isso, é difícil acreditar que as medidas institucionais contra a corrupção sejam capazes de produzir resultados concretos com a rapidez que sua escalada requer.

Tenho para mim que o único caminho capaz de mudar esse estado de coisas, de contra ele resistir, é a pressão da sociedade, a mobilização dos cidadãos, a manifestação da indignação. Li sobre isso, recentemente, um pequeno livro – *Indignativos* – escrito há alguns anos por Stéphane Hessel, um herói da Resistência Francesa que nele registrou as muitas experiências de uma vida dedicada a fazer valer a vontade da sociedade. Ele sintetizou, numa simples frase, a essência de seu pensamento: "O motivo da resistência é a indignação". Quem sabe, o 9 de dezembro pode ser também o Dia da Indignação.

## Belo Horizonte, 114 anos

**MARCO ANTÔNIO SILVA,**

Professor de história e doutorando em educação pela UFMG

Segunda-feira que vem, 12 de dezembro, Belo Horizonte completa 114 anos. Contudo, o povoamento do território é bem mais antigo. Há milhares de anos o povo de Luzia e os homens de Lagoa Santa viveram nesta região. A ocupação moderna se fez com os bandeirantes paulistas chefiados por João Leite Ortiz no início do século 18. Ortiz se apossou da região, fundou a Fazenda do Cercado e com seus escravos explorou incansavelmente os córregos em busca de ouro. Sem encontrar metais preciosos, os desbravadores procuraram alternativas de sobrevivência e, à custa de muito trabalho, rapidamente desenvolveram a agricultura na região.

Mais tarde, o lugar recebeu um impulso econômico ao tornar-se ponto de parada de tropeiros que transitavam por toda a capitania transportando produtos e fazendo comércio. A prosperidade atraiu novos moradores dando origem ao povoado de Curral del Rei – ali havia um curral que abrigava o gado destinado ao pagamento de impostos à Coroa portuguesa.

A partir de 1889, com a proclamação da República, os mineiros passaram a discutir a necessi-

dade de uma capital que fosse moderna como Paris e Washington. Ouro Preto, com suas apertadas ruas e acentuadas ladeiras, era associada ao regime imperial que os republicanos julgavam atrasado. Depois de longos e acalorados debates o Congresso Mineiro decidiu em 1893 que o povoado de Curral del Rei receberia a nova capital. Em 12 de dezembro de 1897, foi inaugurada então a Cidade de Minas.

O engenheiro civil Aarão Reis elaborou o projeto que previa grandes avenidas, ruas largas e um parque central para uma população que deveria chegar a 200 mil moradores por volta do ano 2000. Entretanto, a busca de melhores oportunidades na capital – que em 1906 passou a se chamar Belo Horizonte – elevou o número de moradores para mais de 2 milhões ainda no século 20.

Com o passar do tempo, Belo Horizonte tornou-se de fato uma cidade moderna, com os aspectos positivos e negativos que a modernidade carrega. Por um lado, concentra uma variedade de espaços culturais e de entretenimento, polos de pesquisa, centros de excelência hospitalar no setor privado, uma rede diversificada de comércio e, pelo visto, terá a infraestrutura necessária para sediar alguns dos jogos da Copa do Mundo em 2014.

Entretanto, uma cidade que nasceu sob a égide de um rigoroso planejamento hoje sofre pela

falta de planejamento estratégico. O EM noticiou há algumas semanas que desde 2004 as inúmeras reformas da Avenida Antônio Carlos já consumiram um tempo superior a seis anos. Esse movimento incessante e excessivo de construção e destruição, que também acontece em várias partes da cidade, muitas vezes fruto de projetos mal elaborados, desperdiça o dinheiro público e desafia a paciência do cidadão.

As inúmeras intervenções no espaço urbano, por sua vez, não foram suficientes para conter as desastrosas consequências das chuvas nas últimas décadas ou para dar a fluidez necessária ao caótico trânsito da cidade. De quebra, uma capital que já foi conhecida como Cidade Jardim assiste ao corte de milhares de árvores que vão cedendo lugar ao concreto. E nesta lista não podem faltar menções aos problemas de saúde, educação e segurança pública, que se tornaram lugar-comum no discurso de candidatos e autoridades governamentais, que pouco têm feito para superá-los.

O mais espantoso é que sobrevivemos a tudo isso, sonhamos com dias melhores e amamos essa cidade com seus defeitos e virtudes. É bem possível que tenhamos herdado a vocação para o trabalho e a capacidade de superação dos primeiros habitantes dessa terra e a esperança no futuro dos idealizadores da nova capital.

## S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

**DIÁRIOS ASSOCIADOS**  
A vida com mais conteúdo

**SEDE**  
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,  
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

**TELEFONE GERAL**  
(31) 3263-5000

**ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS**

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

**SUCURSAL SÃO PAULO**  
Rua Funchal, 411- 2º andar - sala 23 - Vila Olímpia  
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110  
e-mail : sucursal.sp@uai.com.br

**SUCURSAL RIO DE JANEIRO**  
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Suidade  
Tel : (21) 2263-1945 - Fax: (21) 2263-2045  
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

### TELEFONES DE APOIO

#### Redação

(31) 3263-5330

#### Editorias:

**Gerais**  
(31) 3263-5244

**Política**  
(31) 3263-5293

**Economia e Agropecuária**  
(31) 3263-5103

**Esportes**  
(31) 3263-5313

**Internacional**  
(31) 3263-5301

**Opinião**  
(31) 3263-5373

#### Cultura - TV - Pensar e Divirta-se

(31) 3263-5126

#### Fotografia

(31) 3263-5214

#### Turismo

(31) 3263-5333

#### Informática

(31) 3263-5360

#### Vrum

(31) 3263-5078

#### Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades

(31) 3263-5048

#### Feminino & Masculino

(31) 3263-5260

### SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800

Outras Localidades 0800 031 5005

### DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

### SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830

Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062

Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

### DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

### DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

### AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias: Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

### PARA ASSINAR LIGUE

**Belo Horizonte**  
**(31) 3263 5800**

**Outras Localidades**  
**0800 031 5005**

### TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2º a sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ (interior), ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

### PARA ANUNCIAR LIGUE

**Classificados**  
**Pequenos Anúncios Fonados**  
**(31) 3228-2000**

### D.A. PRESS MULTIMÍDIA

ATENDIMENTO PARA VENDA E PESQUISA DE IMAGENS:

Pessoalmente: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Cobertura - 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 13 às 17h

E-mail, fax ou telefone: (61) 3214.1575/1582 | 3214.1583 | dapress@datar.com.br

De segunda a sexta, das 10 às 0h / sábados, 14 às 20h / domingos e feriados, das 16 às 22h